

## RESOLUÇÃO N. 001/2019

### ALTERA E CONSOLIDA O REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE DIREITO DA FACULDADE MATO GROSSO – FACSUL.

O **Núcleo Docente Estruturante (NDE)** do curso de Direito da Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL), no uso de suas atribuições regimentais (art. 4º, III c/c art. 21, IV, do Regimento Interno) e em cumprimento da *Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004*<sup>1</sup> (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito), em reunião extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2019, **APROVOU**<sup>2</sup> o presente *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Direito (RTCC)*, que passa a vigorar a partir do ano letivo de 2019, da forma como segue:

#### TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPÍTULO I – DA FINALIDADE DO REGULAMENTO

**Art. 1º.** O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades docentes e discentes que envolvem o Trabalho de Conclusão de Curso de Direito (TCC) da Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL), requisito indispensável e obrigatório para a colação de grau.

##### CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Art. 2º.** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dividido em duas etapas, consiste na realização de um projeto de pesquisa de artigo científico (TCC I) e na elaboração de um artigo científico (TCC II), ambos decorrentes do trabalho de pesquisa individual do(a) acadêmico(a), acompanhado(a) de orientação docente em uma das áreas de conhecimento das ciências jurídicas.

**Art. 3º.** Em cumprimento ao Projeto Pedagógico do Curso de Direito e as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito (Resolução CNE/CES nº 9/2004), o objetivo do Trabalho de Conclusão de Curso é

---

<sup>1</sup> Art. 4º, inc. III; art. 5º, III; art. 10, Resolução CNE/CES nº 9/2004.

<sup>2</sup> Ata nº 01/2019.

capacitar aptidões relacionadas com a execução e apresentação oral de pesquisa científica nas áreas de conhecimento das Ciências Jurídicas para:

- I – Introduzir e fomentar o(a) acadêmico(a) na produção científica;
- II – Desenvolver no(a) acadêmico(a) a capacidade de investigação crítica e aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do Curso de Direito;
- III – Aprimorar as aptidões relacionadas com apresentação e defesa oral de argumentos jurídico-científicos;
- IV – Estimular a interpretação crítica do Direito, colaborando com a promoção e formação profissional nas diversas habilidades e competências abrangidas pelo Curso.

## **TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA**

### **CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Art. 4º.** A gestão administrativa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) é composta pela Coordenação do Curso de Direito.

**Parágrafo primeiro:** À Coordenação do Curso de Direito compete:

- I – Elaborar e divulgar, semestralmente, o Edital de Trabalho de Conclusão de Curso (ETCC), contendo as diretrizes específicas, lista de orientadores, calendário geral de atividades, datas de realização de bancas de defesa, entre outros assuntos;
- II – Organizar a distribuição de orientandos(as)/orientadores(as) e a montagem das bancas de defesa de TCC;
- III – Dar conhecimento aos orientandos(as) e orientadores(as) do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (RTCC) e do Edital do Trabalho de Conclusão de Curso (ETCC), além de tomar todas as decisões e medidas necessárias para o seu efetivo cumprimento;
- IV – Resolver os casos omissos e interpretar o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (RTCC) e o Edital do Trabalho de Conclusão de Curso (ETCC);
- V – Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientador(a);
- VI – Indicar professores orientadores para os acadêmicos que não os tiverem, mediante requerimento prévio do mesmo;
- VII – Convocar, sempre que necessário, reuniões com professores(as) orientadores(as) e acadêmicos(as) matriculados nas disciplinas de TCC I e TCC II;
- VIII – Encaminhar aos professores(as) orientadores(as) e avaliadores(as) as fichas de orientação, ficha de avaliação de projetos e demais documentos pertinentes;

IX – Mediar conflitos entre orientandos(as) e orientadores(as).

## CAPÍTULO II – DA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Art. 5º.** O TCC será desenvolvido sob a orientação de um dos docentes indicados em lista divulgada anualmente por meio do Edital de Trabalho de Conclusão de Curso (ETCC).

**Parágrafo único:** A lista dos docentes orientadores, elaborada pela Coordenação de Curso, deverá ser aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) respeitando os seguintes requisitos:

- I – Integrar a equipe docente do Curso de Direito da Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL);
- II – Possuir título de mestre ou doutor, sendo apenas excepcionalmente aceitos orientadores(as) com título de especialista;

**Artigo 6º.** Apenas acadêmicos matriculados no Curso de Direito da Faculdade Mato Grosso do Sul poderão requisitar orientação para realizarem TCC I e TCC II, seguindo os seguintes parâmetros:

- I – Somente acadêmicos(as) matriculados(as) no **9º semestre** poderão cursar o **TCC I**, quando então estarão autorizados(as) a preencher a Ficha de Requisição de Orientação (Anexo I) e a realizar formalmente o Projeto de Artigo Científico.
- II – Somente acadêmicos(as) matriculados(as) no **10º semestre e em regime diferenciado**<sup>3</sup> poderão cursar o **TCC II**, quando então estarão autorizados(as) a preencher o Termo de Autenticidade (Anexo II), o Termo de Requisição de Banca Avaliadora (Anexo III) e a realizar a defesa oral em Banca de Avaliação de TCC.

**Art. 7º.** Orientando(a) e orientador(a) deverão concordar quanto ao tema a ser desenvolvido, levando sempre em conta a liberdade criativa e autonomia científica<sup>4</sup>.

**Parágrafo primeiro:** Caso a requisição de orientação do(a) acadêmico(a) não seja aceita por nenhum dos orientadores(as), competirá ao(à) orientando(a), no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do encerramento do prazo previsto no Calendário de Atividades para a entrega do Ficha de Requisição de Orientação (Anexo I), requerer formalmente à Coordenação do Curso que lhe seja atribuído um(a) orientador(a).

---

<sup>3</sup> Conforme consta do Edital.

<sup>4</sup> Art. 5º, inc. IX; art. 205 e 206, inc. II, III, todos da CF/88.

**Parágrafo segundo:** A substituição de orientador(a) por solicitação do acadêmico(a) será permitida uma única vez, e desde que realizada até o prazo estabelecido no Edital de TCC, mediante a aceitação do docente que assumirá a orientação e da aquiescência do professor substituído, que deverá constar expressamente do Ficha de Substituição de Orientador(a) (Anexo IV).

**Parágrafo terceiro:** Fica estipulada a limitação total de 10(dez) orientandos(as) para cada orientador(a) para ambas as disciplinas de TCC (I e II). Ultrapassado o limite descrito, o(a) acadêmico(a) deverá procurar outro orientador(a). Caso o docente assuma orientações fora desse limite, deverá comunicar por escrito à Coordenação do TCC, que deliberará juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) sobre cada situação apresentada.

### **CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES, DIREITOS E DEVERES DOS(AS) ORIENTADORES(AS)**

**Art. 8º.** O(a) orientador(a) tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- I – Orientar, acompanhar e avaliar, de forma individual, o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em todas as suas fases;
- II – Estabelecer o plano e cronograma das atividades de elaboração do trabalho de conclusão, com a fixação do período destinado ao levantamento de pesquisa bibliográfica dos instrumentos de investigação e datas das reuniões de orientação;
- III – Estimular a realização da pesquisa científica e espírito crítico dos(as) orientando(as);
- IV – Indicar os trabalhos, sob sua orientação, que tenham obtido a nota máxima na sessão de defesa, para publicação em revistas científicas da respectiva área.

**Art. 9º.** São deveres dos(as) orientadores(as):

- I – Atender aos orientandos sob sua responsabilidade em horário previamente combinado;
- II – Dar conhecimento aos orientandos(as) sob sua responsabilidade do inteiro teor do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (RTCC) e do Edital de Trabalho de Conclusão de Curso (ETCC);
- III – Participar das bancas de defesa para as quais for designado;
- IV – Presidir as bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de seus orientandos(as);
- IV – Redigir e assinar, juntamente com os demais membros, a Ficha de Avaliação de TCC (Anexo V) e as atas finais das sessões de defesa de TCC;
- V – Cumprir e fazer cumprir as normas deste Regulamento;
- VI – Entregar na Coordenação de Curso, a Ficha de Requisição de Orientação (Anexo I);

VII – Comparecer nas reuniões convocadas pela Coordenação de Curso.

#### **CAPITULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ORIENTANDOS**

**Art. 10º.** A responsabilidade pela elaboração tanto do Projeto de Pesquisa de artigo científico (TCC I) quanto da Redação e Defesa do artigo científico (TCC II) é integralmente do acadêmico matriculado nas respectivas disciplinas, o que não exime o(a) orientador(a) de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas no Regulamentos e Edital de Trabalho de Conclusão de Curso, as atribuições decorrentes da atividade de orientação.

**Art. 11.** São deveres dos(as) orientando(as):

- I – Cumprir em sua integralidade o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (RTCC) e o Edital de Trabalho de Conclusão de Curso (ETCC);
- II – Entrar em contato com os(as) orientadores(as) constantes no Edital de TCC e, após acordar com o(a) orientador(a), entregar na Coordenação do Curso a Ficha de Requisição de Orientação (Anexo I);
- II – Frequentar todas as reuniões convocadas pelo(a) orientador(a) e assinar o controle de frequência no Formulário de Atividades de Orientação do TCC (Anexo VI);
- III – Cumprir o Plano de Atividades de Orientação do TCC e Cronograma do TCC estabelecidos pelo(a) orientador(a) e pelo Edital do TCC;
- IV – Manter contatos, no mínimo quinzenais, com o(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar sobre eventuais faltas;
- V – O(a) orientando(a) deve contar com, no mínimo, 75% de presença nos encontros de orientação, sob pena de reprovação sumária;
- VI – Seguir, obrigatoriamente, todas as diretrizes metodológicas e de formatação presentes no presente Regulamento e no Edital de TCC;
- VII – Depositar o TCC, conforme as exigências expressas neste Regulamento e no Edital de TCC de acordo com os prazos fixados no Calendário Geral de Atividades do TCC;
- IX – Cumprir todos os prazos estabelecidos nos respectivos editais;
- X – Coletar dados em fontes de pesquisa fidedignas e informá-las conforme as diretrizes metodológicas adotadas neste Regulamento.

**Parágrafo único.** O não cumprimento de qualquer dos incisos acima autoriza o(a) orientador(a) a solicitar o desligamento dos encargos de orientação, podendo implicar na reprovação do(a) orientando(a).

**Art. 12** – O(a) orientando(a) possui os seguintes direitos:

- I – Definir a temática do TCC em comum acordo com o(a) orientador(a);
- II – Ser informado(a) sobre normas e regulamentação do TCC;
- III – Solicitar à Coordenação de TCC a substituição de orientador(a) no prazo estabelecido no Regulamento do TCC, quando este não estiver cumprindo suas atribuições regulamentares;
- IV – Defender oralmente o TCC perante a banca examinadora, quando aprovado em TCC I e com aceite do(a) orientador(a).

### **TÍTULO III – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E II**

#### **CAPÍTULO I – DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA DE ARTIGO CIENTÍFICO (TCC I)**

**Art. 13.** O TCC I consiste na elaboração e entrega, pelo(a) orientando(a), de Projeto de Pesquisa de artigo científico conforme as normas metodológicas e de formatação presentes neste Regulamento e, subsidiariamente, as regras da ABNT, dentro dos prazos fixados no Edital de TCC.

**Art. 14.** O Projeto de Pesquisa de artigo científico (TCC I) consiste em trabalho redigido pelo(a) orientando(a), de acordo com normas metodológicas e de formatação, contendo os seguintes elementos:

- I – Folha de rosto contendo: Cabeçalho da Instituição, título, dados de identificação, local e ano;
- II – Dados gerais de identificação;
- III – Tema e delimitação do tema;
- IV – Problema de pesquisa;
- V – Hipóteses;
- VI – Objetivo geral e específicos;
- VII – Justificativa;
- VIII – Metodologia empregada;
- IX – Embasamento teórico;
- X – Cronograma de atividades;
- XI – Referenciais Bibliográficos.

**Art. 15.** A entrega do Projeto de TCC deverá ser realizada pelo(a) acadêmico(a), dentro do prazo estipulado no Calendário Geral de TCC, para o(a) orientador(a), juntamente com o Formulário de

Atividades de Orientação do TCC (Anexo VI) devidamente assinado pelo(a) orientador(a) e anexada à folha de rosto, sob pena de decréscimo de até 02 (dois) pontos na nota da disciplina de TCC II.

**Parágrafo único:** O projeto de pesquisa de artigo científico, obrigatoriamente, deve seguir os seguintes parâmetros de formatação: (a) conter de 10 a 20 páginas (excluindo a folha de rosto); (b) redigido em Fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5 entre linhas e espaçamento 0 (antes e depois); (c) Margens da página: superior e esquerda (3cm); inferior e direita (2cm). Complementarmente, devem ser observados e respeitados o Padrão de Formatação (Anexo VII) e o Modelo de Projeto de Pesquisa de artigo científico (Anexo VIII).

**Art. 16.** O Projeto de TCC deve ser apresentado para o(a) orientador(a) em prazo hábil para análise e preenchimento do Formulário de Atividades de Orientação do TCC (Anexo VI).

**Parágrafo único.** Os prazos e trâmites entre orientandos(as) e orientadores(as) são de exclusiva responsabilidade dos mesmos, sendo que o prazo contido no Calendário Geral de Atividades é para a *entrega final* do Projeto e/ou Artigo Final, já com o Formulário de Atividades de Orientação do TCC (Anexo VI) preenchido e assinado.

## **CAPÍTULO II – DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO (TCC II)**

**Art. 17** O TCC II consiste na elaboração e defesa de um artigo científico, que deverá ser entregue em 03(três) três vias impressas e encadernadas em espiral, e cópia gravada em CD não regravável, à Coordenação do Curso de Direito juntamente com o Termo de Requisição de Banca Avaliadora (Anexo III), devidamente assinado pelo(a) orientador(a) e anexado à folha de rosto de uma das vias do trabalho.

**Art. 18.** A não entrega do artigo científico conforme as datas estipuladas e tornadas públicas anualmente por meio do Edital de TCC, acarreta, automaticamente, o decréscimo de 02 (dois) pontos na nota final.

**Art. 19.** A estrutura do artigo científico compõe-se de:

- I – Folha de rosto contendo: Cabeçalho da Instituição, título do trabalho, dados de identificação, local e ano;
- II – Título do artigo;
- III – Resumo e palavras-chave (entre 3 e 5) – entre 150 e 200 palavras;

- IV – Sumário completo;
- V – Considerações iniciais;
- VI – Desenvolvimento, dividido e numerado (*algarismos arábicos*) em itens;
- VII – Considerações finais;
- VIII – Referenciais Bibliográficos.

**Parágrafo primeiro:** O artigo científico, obrigatoriamente, deve seguir os seguintes parâmetros de formatação: (a) conter de 15 a 20 páginas (excluindo a folha de rosto); (b) redigido em Fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5 entre linhas e espaçamento 0 (antes e depois); (c) Margens da página: superior e esquerda (3cm); inferior e direita (2cm). Complementarmente, devem ser observados e respeitados o Padrão de Formatação (Anexo VII) e o Modelo de Projeto de Pesquisa de artigo científico (Anexo VIII).

**Parágrafo segundo:** Os elementos pós-textuais, que consistem em gráficos, tabelas, ilustrações, entrevistas, entre outros que sirvam como fundamento para o trabalho, deverão constar como Anexo, devendo-se ressaltar que tais documentos não integram a contagem do número de páginas do trabalho.

**Parágrafo terceiro:** A versão final do artigo científico para correção pelo(a) orientador(a) será submetida a rastreamento por programa de detecção de plágio, e, uma vez identificado quaisquer conteúdos que violem os direitos autorais, deverá o(a) orientando(a) proceder às devidas correções, desde que haja tempo hábil. Caso não seja feita a adequação, o(a) orientando(a) será reprovado(a) sumariamente, sem prejuízo das sanções administrativas e penais decorrentes.

**Art. 20.** No ato do depósito definitivo do TCC o(a) orientando(a) deverá entregar, ao orientador, 03 (três) vias impressas e encadernadas em espiral, juntamente com o Termo de Requisição de Banca Avaliadora (Anexo III), Termo de Autenticidade (Anexo II) e Formulário de Atividades de Orientação do TCC (Anexo VI), nesta ordem.

## TÍTULO IV – DA BANCA EXAMINADORA

### CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

**Art. 21.** A apresentação do TCC perante banca avaliadora é um ato solene, público e formal que encerra a formação do (a) acadêmico(a), da qual depende sua colação de grau e tem como finalidades:



- I – Cumprir com as exigências da Resolução nº 09, de 29 de setembro de 2004 do Conselho Nacional de Educação;
- II – Atender ao Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL);
- III – Avaliar, conforme consta no Projeto Pedagógico, a leitura, compreensão e elaboração de texto, argumentação jurídica, pesquisa e utilização de doutrina, jurisprudência, legislação e outras fontes do Direito, raciocínio jurídico e uso correto da linguagem.

**Art. 22.** As sessões de apresentação do TCC são públicas e as Bancas Avaliadoras serão compostas pelo(a) orientador(a), que a presidirá, e outros 02 (dois) membros avaliadores escolhidos entre os professores(as) da Instituição, que deverão presenciar toda a apresentação e, ao final, preencher e assinar a Ficha de Avaliação Final de TCC (Anexo V comprometidos com a ética, impessoalidade, profissionalismo e justiça.

**Parágrafo primeiro:** A composição das bancas de avaliação, contendo os nomes dos membros e quais trabalhos avaliarão, será divulgada em até 05 (cinco) dias antes da apresentação.

**Parágrafo segundo:** Os membros da banca serão indicados pela Coordenação do Curso, devendo indicar um suplente por banca. Não sendo permitida a indicação de professor externo para compor a Banca Avaliadora.

**Parágrafo terceiro:** Extraordinariamente, a Banca Avaliadora poderá ser composta por 02 (dois) membros, o que não acarretará em nulidade ou invalidação da banca de defesa.

**Art. 23.** Na apresentação oral perante a Banca Avaliadora o(a) acadêmico(a) terá o prazo mínimo de 5 (cinco) e máximo de 10 (dez) minutos para expor os principais aspectos do desenvolvimento do trabalho; cada membro da Banca Avaliadora terá até 10 (dez) minutos para fazer arguições, sendo concedido tempo de até 10 (dez) minutos para resposta do(a) acadêmico(a).

**Parágrafo único.** Para a apresentação, o acadêmico poderá utilizar-se do aparelho data-show da Instituição, desde que o solicite à Coordenação do Curso com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da defesa.

**Art. 24.** Após a apresentação, a Banca Avaliadora se reunirá secretamente para a deliberação da nota, sendo ao final entregue a Ata de Defesa de TCC e orientações acerca da via definitiva do TCC, que deverá ser depositada, no prazo estabelecido no Edital do TCC, na Coordenação do Curso.

**Parágrafo primeiro:** O(a) acadêmico(a) que não comparecer na apresentação oral sem motivo justificado, estará reprovado(a) sumariamente, sendo-lhe atribuída a nota 0 (zero).

**Parágrafo segundo:** Comprovada pela banca avaliadora a existência de plágio, fraude ou comercialização do artigo científico, o(a) acadêmico(a) estará reprovado(a) na disciplina, sendo-lhe atribuída a nota 0 (zero), sem prejuízo das sanções administrativas e penais.

## CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

**Art. 25.** A nota final do TCC será composta da seguinte forma:

I – Trabalho escrito: avaliado entre 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, distribuídos conforme Ficha de Avaliação (Anexo V) e deliberação da Banca Avaliadora;

II – Apresentação Oral: avaliada entre 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, distribuídos conforme Ficha de Avaliação (Anexo V) e deliberação da Banca Avaliadora;

**Parágrafo primeiro:** Os critérios de avaliação da parte escrita do TCC, contidos na Ficha de Avaliação, serão os seguintes:

I – Delimitação adequada do problema de pesquisa;

II – Relevância e atualidade do desenvolvimento do problema de pesquisa;

III – Coerência na estruturação do artigo;

IV – Domínio e precisão no uso de conceitos jurídicos;

V – Abordagem crítica, analítica e propositiva;

VI – Clareza e objetividade na escrita;

VII – Diálogo interdisciplinar do tema;

VIII – Observância e domínio das regras formais da língua portuguesa;

IX – Respeito às diretrizes técnicas de formatação do artigo científico.

**Parágrafo segundo:** Os critérios de avaliação da parte oral do TCC, contidos na Ficha de Avaliação, serão os seguintes:

I – Controle e organização do tempo;

II – Domínio do conteúdo apresentado;

- III – Clareza e objetividade;
- IV – Adequação aos argumentos apresentados por escrito;
- V – Consistência das respostas às arguições da Banca Avaliadora;
- VI – Postura e linguagem durante a apresentação;
- VIII – Assiduidade nos encontros com orientador (a).

**Art. 26.** Após a deliberação, a Banca Avaliadora divulgará a conclusão da avaliação, que poderá ser de aprovação ou reprovação. Será considerado aprovado o(a) acadêmico(a) que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) e reprovado quando obtiver nota menor que 7 (sete).

**Parágrafo primeiro:** É de responsabilidade de quem presidir a Banca de Avaliação o preenchimento, a coleta de assinaturas e a entrega na Secretaria do Curso da Ficha de Avaliação (Anexo V) e do Termo de Realização de Banca de TCC.

### **CAPÍTULO III – DAS CAUSAS DE REPROVAÇÃO**

**Art. 27** Consideram-se causas de reprovação do acadêmico no TCC:

- I – O não depósito do TCC junto à Coordenação do Curso no prazo previsto no Calendário Geral e Atividades;
- II – Constatação de violação, no todo ou em parte, dos direitos autorais (plágio) no trabalho;
- III – Ausência injustificada na data marcada para defesa perante Banca Avaliadora;
- IV – Faltar com respeito aos membros da Banca Avaliação durante a sessão de defesa;
- V – Durante a apresentação oral, tão somente ler (no todo ou em parte) qualquer manuscrito;
- VI – Não responder, durante a defesa, a nenhum dos questionamentos feitos pela Banca Avaliadora;
- VII – Não demonstrar, durante a defesa do TCC, coerência entre a explanação oral e o conteúdo do trabalho escrito;
- VIII – Não comparecer a pelo menos 75% dos encontros de orientação, comprovados mediante a assinatura de controle de frequência do orientando no TCC I e TCC II, constante no Formulário de Atividades de Orientação do TCC (Anexo VI).

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 28.** As situações não previstas no presente Regulamento serão analisadas e decididas pela Coordenação do Curso em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);

**Art. 29.** São impedidos de atuar como orientadores(as) ou membros de Bancas Avaliadoras qualquer parente do(a) acadêmico(a), consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o 3º grau.

**Art. 30.** Não será permitida a gravação de áudio, vídeo, bem como fotografias durante as arguições dos membros da banca avaliadora, sob pena de suspensão dos trabalhos.

Campo Grande, 11 fevereiro de 2019.

**Profª Me. Adriany Barros de Britto**

*Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da FACSUL.*

**ANEXO I - FICHA DE REQUISIÇÃO DE ORIENTAÇÃO – TCC I**

<b>FICHA DE REQUISIÇÃO DE ORIENTAÇÃO – TCC I</b>	
<b>Dados Gerais</b>	
Acadêmico(a):	Nº de matrícula:
Professor(a) Orientador(a):	
Área do conhecimento:	
Tema:	
<p>Na qualidade de Orientador(a) do(a) acadêmico(a) acima qualificado(a), declaro ter <b>ACEITO</b> contribuir para a orientação no Trabalho de Conclusão de Curso, estando ciente e atendendo a todas as normas previstas no <i>Regulamento e Edital de TCC</i>, além de cumprir os prazos previstos no Calendário Geral de Atividades.</p> <p>Por fim, declaro não haver qualquer impedimento ético para desempenhar tais funções, nem relações parentescas (até o 3º grau) com o(a) orientando(a), zelando pelo desenvolvimento comprometido e profissional.</p>	
<b>Campo Grande/MS, ____/____/____</b>	
<b>Professor(a) Orientador(a)</b>	<b>Acadêmico(a)</b>

**ANEXO II - TERMO DE AUTENTICIDADE – TCC II**

<b>TERMO DE AUTENTICIDADE – TCC II</b>			
<b>Dados Gerais</b>			
Acadêmico(a):		Nº de matrícula:	
Professor(a) Orientador(a):			
Área do conhecimento:			
Tema:			
Título do artigo científico:			
<p>Tendo em vista a finalização dos trabalhos de orientação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, <b>DECLARO</b> ter realizado com meu próprio esforço e sem qualquer violação aos direitos autorais (plágio) o artigo científico depositado nesta data, e que servirá para avaliação em Banca de defesa oral e condição para a colação de grau.</p> <p>Declaro, ainda, ter pleno conhecimento que poderei sofrer sanções administrativas e/ou penais caso seja detectado violação dos direitos autorais, incluindo plágio, ou aquisição de trabalhos já concluídos ou que não tenham sido feitos por mim.</p>			
<b>Campo Grande/MS, ____/____/____</b>			
<b>Acadêmico(a)</b>			

**ANEXO III - TERMO DE REQUISIÇÃO DE BANCA AVALIADORA – TCC II**

<b>TERMO DE REQUISIÇÃO DE BANCA AVALIADORA – TCC II</b>			
<b>Dados Gerais</b>			
Acadêmico(a):		Nº de matrícula:	
Professor(a) Orientador(a):			
Área do conhecimento:			
Tema:			
Título do artigo científico:			
<p>Na qualidade de Orientador(a) do(a) acadêmico(a) acima qualificado, <b>DECLARO</b> para os devidos fins que dos objetivos previstos para a realização do TCC, assim como as etapas necessárias e previstas no Regulamento e no Edital de TCC, foram satisfatoriamente cumpridas, razão pela qual o trabalho apresentado está <b>APTO</b> a ser submetido a Banca Avaliadora para a arguição oral, em data futura.</p> <p>Por fim, dou ciência de que a versão definitiva do trabalho escrito deve ser depositado junto à Secretaria da Coordenação de Curso em 03 (três) vias encadernadas em espiral, sendo de absoluta responsabilidade do(a) acadêmico(a) cumprir esse requisito, sob pena de reprovação sumária nos termos do Regulamento do TCC.</p>			
<b>Campo Grande/MS, ____/____/____</b>			
<b>Professor(a) Orientador(a)</b>		<b>Acadêmico(a)</b>	
<b>PROTOCOLO DE RECEBIMENTO</b>		<b>DATA DA BANCA</b>	
Campo Grande/MS, ____/____/____		Campo Grande/MS, ____/____/____	
<b>Secretaria da Coordenação de Curso</b>		<b>Secretaria da Coordenação de Curso</b>	

**ANEXO IV - FICHA DE SUBSTITUIÇÃO DE ORIENTADOR(A)**

<b>FICHA DE SUBSTITUIÇÃO DE ORIENTADOR(A)</b>			
<b>Dados Gerais</b>			
Acadêmico(a):		Nº de matrícula:	
Professor(a) Orientador(a):			
Professor(a) Substituto(a):			
Área do conhecimento:			
Tema:			
Alteração do Tema:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Novo Tema: _____
Justificativa:			
Campo Grande/MS, ____/____/____			
<b>Professor(a) Orientador(a)</b>		<b>Acadêmico(a)</b>	

<b>Coordenação do Curso</b>	<b>Professor(a) Substituto(a)</b>



ANEXO V - FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC			
<b>Dados Gerais</b>			
Acadêmico(a):		Nº de matrícula:	
Professor(a) Orientador(a):			
Título do Artigo Científico:			
Data da Banca:			
Parecer da Banca:	<input type="checkbox"/> Aprovado	<input type="checkbox"/> Reprovado	Nota Final (0-10):
<b>Trabalho Escrito:</b>	<b>Sim</b>	<b>Parcial</b>	<b>Não</b>
O artigo atende às regras de formatação prevista no Regulamento e no Edital TCC?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O artigo aborda tema atual e relevante para as ciências jurídicas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento do artigo demonstra coerência, clareza e objetividade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há precisão no uso dos termos e conceitos jurídicos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foram observadas as regras do uso da linguagem formal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A metodologia empregada está de acordo com a proposta desenvolvida?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O problema de pesquisa está claro e bem delimitado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>Nota parcial (0-5):</i>			
<b>Defesa Oral</b>	<b>Sim</b>	<b>Parcial</b>	<b>Não</b>
O(a) acadêmico(a) cumpriu com o tempo previsto para apresentação (10min.)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Na apresentação ficaram demonstrados clareza e objetividade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O(a) acadêmico(a) manteve postura e linguagem adequada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As respostas às arguições da Banca Avaliadora foram satisfatórias?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O(a) acadêmico(a) demonstrou domínio do conteúdo apresentado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>Nota parcial (0-5):</i>			
<b>Campo Grande/MS, ____/____/____</b>			
<b>Professor(a) Orientador(a)</b>	<b>Membro da Banca Avaliadora</b>	<b>Membro da Banca Avaliadora</b>	

ANEXO VI - FORMULÁRIO DE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO DO TCC

FORMULÁRIO DE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO DO TCC

Dados Gerais			
Acadêmico(a):		Nº de matrícula:	
Professor(a) Orientador(a):		Contato:	
Tema Proposto:			
Encontros de Orientação			
Data	Atividades Propostas	Data	Atividades Propostas

		(1) Projeto de TCC	<input type="checkbox"/> Realizado	<input type="checkbox"/> Não Realizado	Data:	
		(2) Artigo Científico	<input type="checkbox"/> Realizado	<input type="checkbox"/> Não Realizado	Data:	
<b>Professor(a) Orientador(a)</b>	<b>Orientando(a)</b>	Submissão à Banca Avaliadora	<input type="checkbox"/> Apto	<input type="checkbox"/> Não apto	Data:	

## ANEXO VII - PADRÃO DE FORMATAÇÃO – TCC I E II

PADRÃO DE FORMATAÇÃO – TCC I E II
<p>O presente padrão de formatação utiliza regras comuns da ABNT, mas estabelece um padrão de regras de formatação que devem ser obrigatoriamente seguidas por todos os acadêmicos na realização dos manuscritos. Quaisquer dúvidas não previstas neste documento podem ser sanadas com o(a) Professor(a) Orientador(a).</p>
<b>(A) FORMATAÇÃO GERAL DO TEXTO:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>(i) Fonte Times New Roman, tamanho 12;</li><li>(ii) Espaçamento 1,5 entre linhas; Obs. Quando for espaçamento de citação longa (mais de 3 linhas) o espaçamento é simples.</li><li>(iii) Espaçamento antes e depois: 0;</li><li>(iv) Folha padrão A4, com margens da página definidas em: superior e esquerda (3cm); inferior e direita (2cm);</li><li>(v) Para destaque das palavras usar apenas <b>negrito</b>;</li><li>(vi) Palavras em línguas estrangeiras (Ex. <i>standard, U.S. Court, in dubio pro reo, etc.</i>) devem ser grafadas em <i>itálico</i>.</li><li>(vii) Títulos das seções (capítulos e subcapítulos): numerados em algarismo romano (<b>exceto resumo, sumário e referências</b>), negrito, caixa alta e separados do texto por um espaço de 1,5 (sem “enter”);</li><li>(viii) Notas de rodapé: Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples.</li><li>(ix) Paginação: o número de páginas deve estar alinhado no canto inferior direito, em fonte Times New Roman, começando a contar somente depois do Sumário.</li></ul>
<b>(B) ESTRUTURA DO PROJETO DE ARTIGO CIENTÍFICO</b>
<b>(B.1) CONCEITOS GERAIS:</b>
<p>Projeto de Pesquisa é uma das fases da pesquisa científica e que consiste na descrição da estrutura que seguirá a produção científica.</p> <p>Não se trata de uma formalidade, mas etapa necessária para a realização de uma pesquisa científica, estabelecendo as principais estratégias a serem desenvolvidas ao longo do trabalho de pesquisa.</p> <p>Sem sombra de dúvidas, um projeto de pesquisa bem elaborado auxilia na realização da pesquisa e guia o(a) pesquisador(a) durante a produção científica.</p>
<b>(B.2) ELEMENTOS CONSTITUTIVOS (PRÉ TEXTUAIS, TEXTUAIS E PÓS TEXTUAIS):</b>

O Projeto é composto por:

- (i) Capa (opcional), revestimento externo de identificação: Identificação da Instituição de Ensino, título do projeto, identificação do(a) orientando(a), do(a) orientador(a), local e ano;
- (ii) Folha de Rosto (obrigatória), contém elementos essenciais de identificação: Identificação da Instituição de Ensino, título/subtítulo (se houver) do projeto, identificação do(a) orientando(a), do(a) orientador(a), local e ano de depósito;
- (iii) Lista de Ilustrações/Tabelas/Siglas (opcional), é a relação das ilustrações, tabelas e/ou siglas (quando usadas mais do que 10) contidas no projeto e que devem ser enumeradas conforme a ordem em que aparecem no projeto.
- (iv) Sumário (obrigatório), que apresenta as divisões e organização do projeto: deve conter o número de página correspondente a cada divisão ou subdivisão. A palavra “SUMÁRIO” (em caixa alta e em negrito deve estar centralizada).
- (v) Dados de identificação (obrigatório), expor os detalhes da identificação do projeto.
- (vi) Considerações Iniciais (obrigatória), parte introdutória: devem ser expostos elementos que possam orientar o leitor sobre o será tratado no projeto, inclusive a pertinência e atualidade do tema e análise sucinta do que se pretende abordar no projeto.
- (vii) Tema e delimitação do tema (obrigatório), deve ser exposto com clareza o tema a ser tratado no futuro artigo científico e que irá orientar a pesquisa, bem como a sua delimitação. Quanto menos “aberto” for o tema, mais fácil será de concluir o trabalho, daí a importância da delimitação.
- (viii) Problema de Pesquisa (obrigatório), talvez uma das partes mais importantes e úteis do projeto e da pesquisa. Consiste na reflexão sobre o tema em forma de pergunta e que deverá orientar a realização da pesquisa com o intuito de responde-la. Deve ser elaborado pelo orientando com o auxílio do orientador. Para formular um bom problema (pergunta) é necessário algum estudo preliminar sobre o tema, quando então poderão surgir dúvidas, que pensadas em problemas (perguntas) poderão guiar toda a pesquisa.
- (ix) Hipóteses (obrigatório), resultado do levantamento preliminar sobre o tema e da elaboração do problema, resultando em hipóteses que poderão ser confirmadas ou não ao longo do aprofundamento da pesquisa científica.
- (x) Objetivos Gerais e Específicos (obrigatório), parte extremamente importante, que irá identificar e auxiliar o(a) pesquisador(a) na estrutura do artigo. É resultado do alinhamento do problema (pergunta) com as hipóteses. Ou seja, para responder à pergunta (problema), quais são os passos (objetivos) que devo seguir?
- (xi) Justificativa (obrigatório), basicamente compreende a exposição de motivos para a realização da pesquisa, incluindo a pertinência e atualidade do tema, representando uma pequena

“defesa” da realização da pesquisa pretendida.

(xii) Referencial teórico (obrigatório), também conhecido como “estado da arte”, procura expor a base conceitual a que o(a) pesquisador(a) parte e orientará o trabalho de pesquisa e futuro artigo científico, além de apresentar o que já foi produzido de mais consistente sobre o tema. Trata-se de exposição e desenvolvimento dos principais conceitos jurídicos, devendo ser utilizados referências bibliográficas consistentes. Nessa etapa, é importante expor o que já existe de conhecimento produzido sobre o tema pesquisado, citando os principais conceitos e estruturas que envolvem o tema a ser pesquisado.

(xiii) Metodologia (obrigatório), implica na exposição das opções metodológicas para cumprir com os objetivos traçados. É o que irá guiar a pesquisa futura e deve ter coerência com o que foi estabelecido no Problema de Pesquisa, Hipóteses, objetivos e Referencial Teórico.

(xiv) Cronograma de Atividades (obrigatório), trata-se de um esquema organizado e estruturado contendo uma previsão (cronograma) de atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano. É a parte do planejamento mais concreto da pesquisa, que deve expor quando será feito o levantamento bibliográfico, reuniões, coleta de dados, entrevistas, redação do artigo, etc.

(xv) Referências (obrigatório), lista de todo material bibliográfico consultado para realizar o projeto: deve conter elementos de referência como autor(a), título, ano, editora e local (conforme modelo de referências);

### (C) ESTRUTURA DO PROJETO DE ARTIGO CIENTÍFICO

#### (C.1) CONCEITOS GERAIS

Artigo científico é um trabalho manuscrito, com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos e resultados de um tema específico dentro de determinada área do conhecimento.

Existem diversas formas de artigo (opinativo, científico, etc.), de maneira que o artigo científico se caracteriza, principalmente pela **verificabilidade** e **consistência** nos argumentos apresentados. Por tais motivos, todo artigo científico deve conter informações/argumentos que possuem referências, já que na produção científica (especialmente na graduação) pouca coisa é nova, devendo então sempre ser citada a fonte em que foram coletados os dados ou expostos os argumentos.

Um artigo científico **DEVE** conter inúmeras citações, por é essa uma de suas características. Inclusive, a exposição de um argumento que não é original sem a devida referência consiste em violação do direito autoral e pode ser alvo de sanção administrativa e/ou penal.

#### (C.2) ELEMENTOS CONSTITUTIVOS (PRÉ TEXTUAIS, TEXTUAIS E PÓS TEXTUAIS):

Um artigo científico é composto por:

- (i) Capa (opcional), revestimento externo de identificação: Identificação da Instituição de Ensino, título do artigo, identificação do(a) orientando(a), do(a) orientador(a), local e ano;
- (ii) Folha de Rosto (obrigatória), contém elementos essenciais de identificação: Identificação da Instituição de Ensino, título/subtítulo (se houver) do artigo, identificação do(a) orientando(a), do(a) orientador(a), local e ano de depósito;
- (iii) Sumário (obrigatório), que apresenta as divisões e organização do artigo: deve conter o número de página correspondente a cada divisão ou subdivisão. A palavra “**SUMÁRIO**” (em caixa alta e em negrito deve estar centralizada).
- (iv) Resumo em língua portuguesa (obrigatório). Deve apresentar de forma sucinta (**no máximo 500 palavras**) do que se trata o artigo, apresentando o tema, principais objetivos, metodologia empregada e resultados mais importantes da pesquisa.
- (v) Palavras-chave em língua portuguesa (obrigatório). Entre 3 (três) e 5 (cinco) palavras que tem conexão com o resumo e o artigo e que permitirão/facilitarão a busca nos diretórios de pesquisa.
- (vi) Resumo em língua estrangeira (obrigatório). Consiste na tradução do resumo em língua portuguesa para o inglês ou espanhol, respeitando critérios de internacionalização da pesquisa científica.
- (vii) Palavras-chave em língua estrangeira (obrigatório). Consiste na tradução das palavras-chave em português, com o mesmo objetivo.
- (viii) Considerações Iniciais (obrigatória), parte introdutória do texto: devem ser expostos elementos que possam orientar o leitor sobre o será tratado no artigo, inclusive a pertinência, atualidade e justificativa do tema, além de parte relevante do estado da arte (referencial teórico) e especificação sucinta do que será tratado em cada seção (capítulo e subcapítulo).
- (ix) Desenvolvimento (obrigatório), representa o corpo do artigo científico, onde de fato serão explorados os argumentos jurídicos relacionados com o tema, normalmente subdivididos em seções (capítulos e subcapítulos) possibilitando uma abordagem sistemática e estruturada do tema pretendido. De maneira geral, tratando-se de artigo, pela própria limitação de espaço (no máximo 15 páginas) a subdivisão em subcapítulos fica inviável, sendo normalmente dividido apenas em capítulos (não mais do que 4).
- (x) Considerações Finais (obrigatório), parte que representa o fechamento do artigo, devendo retomar os pontos principais relacionados com o problema de pesquisa e elencar os resultados conclusivos, que devem estar relacionados com o problema, as hipóteses e objetivos (Projeto do Artigo).
- (xi) Referências (obrigatório), lista de todo material bibliográfico consultado para realizar o artigo e que foram citados ao longo do manuscrito: deve conter elementos de referência como

autor(a), título, ano, editora e local (conforme modelo de referências).

#### (D) FORMAS DE CITAÇÃO

Citação é a menção que se faz a alguma informação obtida por alguma fonte de pesquisa (livros, artigos, capítulos, etc.) para esclarecer, fundamentar, ilustrar, consolidar, etc. alguma argumento ou informação utilizados no manuscrito científico.

Toda informação que não for resultado do esforço exclusivo do(a) autor(a) deve corresponder a uma citação, pois “alguém já se manifestou sobre isso”, de maneira que a citação é um dos aspectos que caracteriza a produção científica.

De maneira geral, existem dois tipos de citação: Direta ou Indireta.

**Citação Direta** é aquela que reproduz integralmente o texto de outro(a) autor(a). Exemplo:

Conforme explica Amartya Sen, “Os requisitos de uma teoria da justiça incluem fazer com que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça”.

A outra opção é a **citação indireta**, que consiste na reprodução da ideia de um(a) autor(a), mas com outras palavras (paráfrase):

Já Amartya Sen defende que a ideia por trás de uma teoria da justiça deve incluir a razão como norteadora da justiça ou da injustiça.

Em relação à Citação direta, ela pode se dar de duas formas no corpo do texto. A primeira é a citação curta (menos de 3 linhas) e a segunda é a citação longa (mais de 3 linhas). Quando a citação for longa (mais de 3 linhas), ela deve ser destacada do corpo do texto, com espaçamento entre linhas “simples” e sem aspas. Quando a citação for curta, ela fica integrada ao corpo do texto e deve estar entre aspas duplas (caso o texto original contenha aspas, deve ser transcritas com aspas simples).

#### **Exemplo 1 (Citação Direta Curta):**

Segundo o entendimento de Nereu Giacomolli, “medidas cautelares não representam uma antecipação da potesdade punitiva, mas se destinam ao acautelamento do processo, à tutela da situação criminal particularizada.”

#### **Exmplo 2 (Citação Direta Longa):**

No que diz respeito a motivação das medidas cautelares, Nereu Giacomolli afirma:

Uma vez desaparecida a motivação fática que serviu de supedâneo à medida cautelar, essa perde a sua funcionalidade e o sujeito retoma o *status quo ante*, ou seja, o do gozo irrestrito da liberdade. Por isso, as medidas cautelares são situacionais, sustentáveis enquanto a situação fática continuar integrando a motivação legal. Por isso se afirma que as medidas cautelares

tutelam uma situação fática existente, enquanto persistente e justificável na dinâmica processual.

**Observação importante:** Como a citação é a reprodução do pensamento de uma outra pessoa, ela sempre deve ser acompanhada por uma referência, possibilitando a identificação de onde esse pensamento pode ser encontrado. As referências serão explicadas no próximo tópico.

#### (E) REFERÊNCIAS

Como já dito, toda citação, ou melhor, toda informação que está contida no manuscrito e não é de obra exclusiva do(a) pesquisador(a) deve ser indicado o local em que foi extraída (livro, capítulo, artigo, monografia, etc.

Conforme orientações da ABNT, na NBR 10520, deve-se utilizar o sistema autor-data para as citações no texto e o numérico para notas explicativas.

#### (E.1) SISTEMA DE CITAÇÃO (AUTOR/DATA):

No sistema de citação autor/data, indica-se a fonte pelo sobrenome do autor, nome da instituição responsável ou pelo título, seguido da data de publicação do documento, separados por vírgula e entre parênteses. (citação indireta). Para as citações diretas, devem ser apresentados todos os itens mencionados com a inclusão da indicação de página.

##### Exemplo:

- a) **Citação direta com referência ao autor no corpo do texto:** Sobre essa divergência, Dworkin (2012, p. 335) afirma que “A ética estuda o modo como as pessoas gerem a sua responsabilidade de viver bem, e a moral pessoal concentra-se naquilo que cada indivíduo deve às outras pessoas.”
- b) **Citação direta sem referência ao autor no texto:** Sobre essa divergência, vale destacar que “A ética estuda o modo como as pessoas gerem a sua responsabilidade de viver bem, e a moral pessoal concentra-se naquilo que cada indivíduo deve às outras pessoas.” (DWORKIN, 2012, p. 335).
- c) **Citação indireta:** Sobre a divergência entre moral e ética, pode-se afirmar que a primeira reflete sobre o modo como se gera a responsabilidade em busca de viver bem, ao passo que a segunda foca no papel de cada sujeito em relação aos demais (DWORKIN, 2012, p. 335).

#### (E.2) NOTAS DE RODAPÉ EXPLICATIVAS:

**Exemplo de Nota de rodapé explicativa:**



No caso das ciências jurídicas, de maneira geral, há uma dissociação bem clara – e por vezes pejorativa – entre o “profissional prático” e o “acadêmico teórico”, “como se a teoria não iluminasse a ação, e a prática não atualizasse a teoria”. Possivelmente decorrente de uma divisão fictícia entre disciplinas dogmáticas e zetéticas<sup>17</sup> nos cursos de

---

<sup>17</sup> Para Tércio Sampaio, as disciplinas zetéticas (Filosofia, Ciência Política, Psicologia Forense, Criminologia, etc) “tem sua característica principal na abertura constante para o questionamento dos objetos em todas as direções” enquanto as dogmáticas (Direito Penal, Constitucional, Processual Penal, etc.) consideram “certas premissas, em si e por si arbitrárias (isto é, resultantes de uma decisão), como vinculantes para o estudo”. (FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 21-28).

**ANEXO VIII - MODELO DE PROJETO DE ARTIGO CIENTÍFICO**

**FACULDADE MATO GROSSO DO SUL – FACSUL  
CURSO DE DIREITO**

**O STF E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NAS DECISÕES DE EXECUÇÃO DE  
PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO: UM ESTUDO A PARTIR DA  
CRIMINOLOGIA CRÍTICA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo acadêmico Joaquim Silva, sob a orientação da Professora Rosana Santos, como requisito para aprovação na disciplina de TCC I da Faculdade Mato Grosso do Sul.

**CAMPO GRANDE**

**2019**

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	.....	<b>2</b>
<b>I. TEMA</b>	.....	<b>3</b>
<b>I.a. DELIMITAÇÃO DO TEMA</b>	.....	<b>3</b>
<b>II. PROBLEMA DE PESQUISA</b>	.....	<b>4</b>
<b>III. HIPÓTESES</b>	.....	<b>4</b>
<b>IV. OBJETIVO GERAL</b>	.....	<b>5</b>
<b>IV.a. OBJETIVOS ESPECIFICOS</b>	.....	<b>5</b>
<b>V. JUSTIFICATIVA</b>	.....	<b>6</b>
<b>VI. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	.....	<b>7</b>
<b>VII. METODOLOGIA</b>	.....	<b>10</b>
<b>VIII. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES</b>	.....	<b>11</b>
<b>IX. REFERENCIAS</b>	.....	<b>12</b>

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Acadêmico(a)		Nº de matrícula:	
Contato:		Instituição	
Professor(a) Orientador(a)			
Área do Projeto:			
Duração da Pesquisa:			

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trata-se da parte introdutória do projeto e devem ser expostos aqueles elementos que possam orientar o leitor sobre o será tratado no projeto, inclusive a pertinência e atualidade do tema, e análise sucinta do que se pretende abordar no projeto.

### I. TEMA

Ex. “O presente projeto se situa na área do direito processual penal e tem como tema a análise da presunção de inocência na realidade brasileira.”

#### I.a DELIMITAÇÃO DO TEMA

Ex. “Dentro do tema, será enfrentada a questão relacionada com a mudança jurisprudencial do STF em relação à concepção de estado de inocência e a execução da pena antes do trânsito em julgado de sentença condenatória a partir da visão da criminologia crítica.”

### II. PROBLEMA DE PESQUISA

Ex. “A criminologia crítica, a partir da análise dos discursos midiáticos, consegue oferecer um referencial teórico sólido para explicar a alteração do entendimento do STF no que diz respeito ao cumprimento de pena antes do trânsito em julgado?”

### III. HIPÓTESES.

Ex.

“(i) A criminologia crítica estabelece parâmetros de análise dos discursos midiáticos e sua influencia no inconsciente dos julgadores;

(ii) O STF tende a seguir uma linha de decisões conservadoras em respeito aos anseios propagados pelos discursos midiáticos.”

(...)

#### **IV. OBJETIVO GERAL.**

Ex. “Analisar os julgados do STF no que diz respeito ao cumprimento de pena antes do trânsito em julgado.”

#### **IV.a. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.**

Ex.

“(i) Estudar os fundamentos jurídicos contidos nos julgamentos prolatados pelo STF em cumprimento de pena antes do trânsito em julgado;

(ii) Comparar os discursos midiáticos e os fundamentos contidos nos julgamentos;

(iii) Apresentar um diálogo/fundamentação entre a criminologia crítica e as consequências dos discursos midiáticos nas decisões do STF.”

#### **V. JUSTIFICATIVA**

Ex. “O presente projeto, que aborda tema relacionado com o Direito Processual Penal e a Criminologia atualmente se tornou bastante relevante tendo em vista a recente decisão do STF ao jugar o Habeas Corpus nº 3245/2018 que entendeu ser possível o cumprimento de pena antes do trânsito em julgado de sentença condenatória.

Nesse aspecto, tendo em vista os acontecimentos no âmbito da Operação Lava Jato e o possível encaminhamento da questão novamente ao plenário do STF traz inúmeras incógnitas sobre o resultado do julgamento. Dessa forma, a análise a partir dos discursos midiáticos, tendo a Criminologia crítica como fundamento teórico, será possível identificar (...)”

*Obs.* Pelo menos uma lauda inteira.

#### **VI. REFERENCIAL TEÓRICO**

Ex. “A presunção de inocência é uma construção conceitual histórica com dupla dimensão, pois ao mesmo tempo em que obriga os atores processuais a tratarem um sujeito submetido ao processo penal como inocente até sentença condenatória transitada em julgado, mas também impede o cumprimento de pena antes dessa condição, como ficou claro no julgado XXX e de acordo com Afrânio Silva Jardim, Aury Lopes Jr., Eugênio Pacelli, entre outros.

A esse respeito, presunção de inocência significa XXX”

*Obs.* Pelo menos cinco páginas escritas.

## **VII. METODOLOGIA**

Ex. “O presente projeto de artigo científico pretende realizar pesquisa a partir do método dialógico, com análises qualitativas e quantitativas. Assim, serão analisados os julgados (qualitativamente) em seu teor para obter o significado... Em outro sentido, pretende-se traçar o número de vezes em que algum discurso midiático é identificado e usado como referencia nos julgamentos que abordam a presunção de inocência e o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado.”

**VIII. CRONOGRAMA**

Atividades	2018											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Discussão e definição do projeto			X	X								
Coleta e análise preliminar de bibliografia				X	X							
Proposta de Sumário						X	X					
Redação do primeiro capítulo							X	X				
Redação do segundo capítulo								X	X			
(...)												
(...)												
(...)												

## IX. REFERÊNCIAS

Ex:

“DAVIN, João. *A Criminalidade organizada transnacional: a cooperação judiciária e policial na UE*. Coimbra: Almedina, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Penal: parte geral*. Coimbra: Coimbra editora, 2012.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal*. 4ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GIACOMOLLI, Nereu. *O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica*. São Paulo: Atlas, 2014.

LOPES JR, Aury. *Direito Processual penal*. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES JR, Aury. GLOECKNER, Ricardo J. *Investigação preliminar no processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Globalização e Crime. In: *Repertório de jurisprudência IOB: civil, processual, penal e comercial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NYE JR, Joseph. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *The New World Order*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.”



## ANEXO IX – MODELO DE ARTIGO CIENTÍFICO

### **O STF E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NAS DECISÕES DE EXECUÇÃO DE PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO: UM ESTUDO A PARTIR DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA**

**RESUMO:** Deve conter uma exposição do tema, principais argumentos e resultados da pesquisa e metodologia. Ex: O presente artigo analisa decisões do STF no que diz respeito a presunção de inocência e sua relação com a criminologia crítica. (...)

**PALAVRAS-CHAVE:** Entre 3 e 5 palavras que servem para indexação, devendo ter pertinência com o trabalho. Se alguém quiser procurar esse artigo, quais seriam as palavras que ele deve estar associado? Ex. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA; TRÂNSITO EM JULGADO; CRIMINOLOGIA CRÍTICA

**SUMÁRIO:** 1. Considerações iniciais; 2. As decisões paradigmas do STF sobre presunção de inocência. 3. Nova interpretação sobre a execução antecipada da pena. 4. Reflexões a partir da Criminologia crítica e os julgamentos do STF. 5. Considerações finais. Referências.

#### **1. Considerações Iniciais**

Nas considerações iniciais deve conter: o tema, uma breve justificativa da pesquisa, a situação atual (estado da arte) que se encontra o objeto que está sendo pesquisado e alguns argumentos que orientarão o leitor e o instigará a continuar a leitura.

#### **2. As decisões paradigmas do STF sobre presunção de inocência.**

Desenvolvimento do tópico específico (capítulo 1), utilizando linguagem clara, objetiva e científica (uso de citações) com referências para verificabilidade das informações.

#### **3. Nova interpretação sobre a execução antecipada da pena.**

Desenvolvimento do tópico específico (capítulo 2), utilizando linguagem clara, objetiva e científica (uso de citações) com referências para verificabilidade das informações.

#### **4. Reflexões a partir da Criminologia crítica e os julgamentos do STF.**

Desenvolvimento do tópico específico (capítulo 3), utilizando linguagem clara, objetiva e científica (uso de citações) com referências para verificabilidade das informações.

### **5.Considerações Finais**

Devem ser retomados os principais argumentos usados no desenvolvimento do artigo e o fechamento geral do mesmo.

### **Referências**

Expor todos os referenciais utilizados no desenvolvimento do artigo.

Ex:

“DAVIN, João. *A Criminalidade organizada transnacional: a cooperação judiciária e policial na UE*. Coimbra: Almedina, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Penal: parte geral*. Coimbra: Coimbra editora, 2012.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal*. 4ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GIACOMOLLI, Nereu. *O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica*. São Paulo: Atlas, 2014.